

DESAFIOS DO ENSINO E DA EDUCAÇÃO PARA UMA CIDADANIA CONSCIENTE NO COLÉGIO TÉCNICO INDUSTRIAL DE SANTA MARIA

Ascísio dos Reis Pereira¹

Marcele Della Flora Cortes²

Paulo Rogério Lemos³

Renan Piveta⁴

RESUMO: Com o avanço das tecnologias e com as mudanças socioculturais a que se tem assistido, muito se fala sobre cidadania, embora poucos saibam o real o verdadeiro conceito e o real significado de tal palavra. Uma vez que o Projeto Político Pedagógico (PPP) do Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM) traz como missão “Educar para uma Cidadania Consciente”, a intenção deste trabalho é verificar se as práticas docentes condizem com o que é previsto no PPP da escola, que busca oferecer uma formação cujo “produto final” seja não apenas um operário, mas um operário cidadão. Para tanto foram aplicados questionários a alunos e professores, interrogando sobre o que pensam acerca desse tema na escola. Os resultados indicam que a questão da educação para uma cidadania consciente é aplicada, porém de maneira indireta. Assim, o maior desafio do CTISM é consolidar o ajuste entre a educação tecnicista, que imprime no ensino fortes características de sua origem, com a missão prevista no seu PPP.

PALAVRAS-CHAVE: Cidadania. Educação tecnicista. Pensamento Crítico.

ABSTRACT: With the advancement of technologies and the social and cultural changes that have happened, much is said about citizenship, though few people know the real meaning of that word.

¹ Orientador - Licenciado em Filosofia pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas, PUC-CAMPINAS, (1994), Mestre em Filosofia, com ênfase em Ética, pela PUC-CAMPINAS, (2000) e Doutor em Educação, na área de História, Filosofia e Educação, pela Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP- ascisio@bol.com.br

² Bacharel em Artes Visuais (2007), Especialista em Design de Estampas (2010) e Licenciada no Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica pela UFSM- marceledfc@hotmail.com

³ Bacharel em Arquitetura e Urbanismo pela UNIFRA (2011) e Licenciado no Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica pela UFSM- prolemos@hotmail.com

⁴ Bacharel em Engenharia Elétrica pela UFSM, (2011) e Licenciado no Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica pela UFSM- renanpiveta@yahoo.com.br

Since (PPP) Political Project of Colégio Técnico Industrial of Santa Maria (CTISM) brings the mission of "Educating for a Concious Citizenship", the aim of this work is to verify that the teaching practices are in accordance with what is provided for in the PPP school that seeks to provide an education whose "final product " is not just a worker, but a citizen worker. Questionnaires for both students and teachers were applied, asking what they think about the approach of this topic in school. The results indicate that the issue of education for informed citizenship is applied, however indirectly. Thus, the biggest challenge of CTISM is to consolidate the fit between the technicist education, which prints in strong educational characteristics of their origin, with the mission provided for in PPP .

KEYWORDS : Citizenship . Technicist education. Critical Thinking .

1 INTRODUÇÃO

O Colégio Técnico Industrial de Santa Maria (CTISM) é um estabelecimento de ensino federal vinculado à Universidade Federal de Santa Maria, subordinado à Coordenadoria de Educação Básica, Técnica e Tecnológica (CEBTT). O Decreto de criação da instituição data da década de 60 sob a Resolução nº 01/68, de 11 de outubro de 1967. Está localizado no *campus* da universidade em Santa Maria, no Rio Grande do Sul. A instituição oferece uma variedade de cursos, que se dividem em diferentes modalidades, regimes, duração e turnos para melhor atender às necessidades dos estudantes e viabilizar o acesso a uma educação profissional que, além da educação técnica, prevê uma formação mais científica e humanística. Para tal a instituição adota valores como cidadania, consciência ética, compromisso social, democracia, educação e identidade.

Com as mudanças sociais, tecnológicas, econômicas e comportamentais ocorridas recentemente, vive-se em uma sociedade em que muito se comenta sobre cidadania, mas poucos sabem ou fazem ideia do real conceito dessa terminologia. Neste artigo, pretende-se expor uma análise que relacione o previsto pelo Projeto Político Pedagógico (PPP) do CTISM com a verdadeira formação que os alunos estão recebendo no que diz respeito à missão da escola: "Educar para uma cidadania consciente", enfatizada no PPP de 2011 da instituição. Esta missão, vigente até os dias atuais, foi definida na posse da nova direção em 2002, e está inclusa na terceira fase de mudanças do CTISM, conhecida como "fase de revisão" que compreende o período de 1985 até 2003. Nessa época o país vivenciou um período de redemocratização que se refletiu no espaço da escola através da

produção de uma cultura político-pedagógica de participação gradativa da comunidade nas decisões tomadas em âmbito escolar.

Para ratificar a pretensão dessa pesquisa, também se buscou investigar qual a importância de os professores integrarem o pensamento crítico nas suas práticas em sala de aula, e a necessidade de identificar se a formação e o envolvimento dos professores contribuem de fato com a formação que a escola propõe aos seus discentes.

Além dos objetivos já citados, ainda se intentou reconhecer a importância de se desenvolver uma consciência crítica através de programas de formação de professores focados no pensamento reflexivo, que se revele eficaz para instigá-los a provocarem mudanças nas suas práticas de ensino, de maneira a contemplarem o desenvolvimento dessas capacidades também nos seus alunos.

Portanto, para responder a tal questão, foram coletadas opiniões de professores e alunos através de questionários. Os conceitos de cidadania e pensamento crítico são apresentados posteriormente, assim como o processo metodológico e as considerações finais formadas a partir dos resultados e análises desenvolvidas na pesquisa.

2 PLANO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) - CTISM

O PPP do CTISM é uma ação intencional, um espaço de construção de propostas inovadoras. Traduz a vontade de mudar e pensar o que se tem de concreto, avaliando o que foi feito e projetando mudanças no sentido de reconhecer a capacidade da escola em elaborar e executar sua proposta pedagógica a partir da gestão participativa de todos os segmentos que fazem parte da comunidade escolar.

O PPP apresenta tudo aquilo que se quer em torno de uma perspectiva educacional: a melhoria da qualidade de ensino através da reestruturação da proposta curricular da escola, de ações efetivas que priorizem a qualificação profissional do educador e do compromisso em oportunizar ao educando um ensino voltado para o exercício da cidadania a fim de que se consiga gerar as mudanças necessárias para tornar a escola um agente de transformação. Pela reflexão e pela capacitação profissional é possível buscar novas formas de organização do trabalho pedagógico.

A elaboração deste projeto propiciou instrumentos para um trabalho coletivo em busca de soluções para os problemas enfrentados pela Instituição Escolar. O Projeto constitui documento que visa a mediar as decisões, a conduzir das ações e a análise de seus resultados e impactos, e que tem por missão “Educar para uma cidadania consciente”, baseando-se em valores como liberdade, justiça, cidadania, consciência ética, compromisso social, democracia, educação, identidade, criatividade e empreendedorismo. Com o PPP, o CTISM procura atender a três premissas básicas: formação científica, tecnológica e humanística sólidas, que possibilitem a alunos e professores flexibilidade diante das mudanças apresentadas constantemente pelo processo histórico.

Nessa perspectiva, sua prática educativa é constantemente redirecionada, repensando os aspectos didático-pedagógicos relacionados ao processo de ensino-aprendizagem da educação profissional de nível médio e superior, adequando-se aos novos contextos, visando ao desenvolvimento de conhecimentos e atitudes que contribuam para as interferências sociais. Ao se analisar a sociedade, que hoje é mais exigente em relação ao mundo do trabalho, percebe-se um quadro social resultante do processo histórico de globalização, em que as pessoas são cada vez mais induzidas a um comportamento individualista e competitivo.

Nesse contexto, entende-se que a escola tem a responsabilidade na formação do cidadão capaz de transformar o país em busca de mais justiça social, igualdade e pleno desenvolvimento econômico, com respeito ao ser humano. A escola passa a ser, então, uma importante mediadora dessas transformações, com a função de aliar conhecimento, aplicação de novas tecnologias e valores humanitários. Assim, a sociedade desejada pela comunidade escolar é aquela na qual haja uma educação humanizadora, que trabalhe valores como liberdade, solidariedade, justiça e que faça os alunos se apropriarem deles no dia a dia, buscando a formação de um sujeito crítico e responsável.

A instituição, preocupada em oferecer um ensino de qualidade a seus alunos, organiza as atividades pedagógicas pensando em fazer da escola um lugar de produção de conhecimento, de ideias, de compreensões da realidade, sem esquecer as suas especialidades: o compromisso com a verdade, a solidariedade e a cidadania. A sociedade encontra-se atravessada por uma corrente de inversão de valores morais e sociais e, por isso, a escola precisa ter claros seus ideais, princípios e fundamentos. É nesse contexto que os princípios éticos são

perpassados em todo componente curricular: as questões referentes aos valores estão presentes em todos os conteúdos programáticos. A escola possui material diverso para fazer com que o aluno reflita e defina sua estrutura interna, pautada no que faz a diferença nas relações sociais vivenciadas dentro e fora da escola. Assim, conceitos como justiça, respeito e solidariedade serão vivenciados por cada um dos alunos como pessoa, tanto quanto cada um dos conteúdos do currículo do curso.

Para transformar a realidade atual e obter uma sociedade mais crítica, consciente e responsável, é necessário que se estabeleçam relações de parceria com a comunidade nas atividades pedagógicas, culturais e administrativas em busca de uma formação de qualidade. Também se deseja o desenvolvimento de um trabalho formativo no qual a equipe pedagógica esteja consciente da dimensão do seu papel, enquanto agentes transformadores da sociedade, numa proposta pedagógica construída coletivamente. Diante desse contexto, o CTISM, consciente da importância do papel da escola na formação integral do educando, diz buscar, através de um processo de construção e interação do social com o conhecimento, utilizando como base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) e as demais legislações vigentes, proporcionar experiências sociais e preparar o educando para atuar no mundo do trabalho com conhecimento, ética, respeito e responsabilidade.

A educação preconizada no CTISM fundamenta-se no princípio de ofertar um modelo de educação que dê conta de contribuir para a formação de cidadãos conscientes dos seus papéis na sociedade, através da construção e disseminação do conhecimento, num processo contínuo de aprendizado que envolve professores, alunos, funcionários e toda a comunidade. Mais do que um simples documento técnico-burocrático ou de gestão, o PPP deve ser considerado como um instrumento de ação política e pedagógica destinado a garantir “uma formação global e crítica para os envolvidos no processo, como forma de capacitá-los para o exercício da cidadania, a formação profissional e o pleno desenvolvimento pessoal” (VEIGA, 2004, p. 16). Desse modo, o Colégio Técnico Industrial de Santa Maria tem por objetivo geral ministrar o ensino Profissional de nível Técnico e Tecnológico, proporcionando aos educandos a formação necessária para o desenvolvimento de suas potencialidades e para o exercício consciente da cidadania. O documento busca integrar seus alunos no contexto geográfico, sociopolítico e cultural, em que deve viver e conviver; participar ativamente da sociedade através do exercício de

uma profissão adequada às exigências de competências e habilidades do mercado de trabalho; cultivar os valores priorizados pela Instituição, visando à formação da personalidade e do caráter dos educandos; buscar o desenvolvimento da consciência ética e estimular a criatividade do educando em suas ações.

Pelo exposto, compreendemos o PPP como um trabalho contínuo e reflexivo capaz de ser modificado de acordo com as necessidades coletivas e individuais de todos os que fazem parte do CTISM, buscando o aperfeiçoamento da prática educativa, a participação e o envolvimento de todos e a incansável luta por uma educação de qualidade.

3 EDUCAÇÃO TECNICISTA E PENSAMENTO CRÍTICO

O processo tecnicista buscou “planejar a educação de modo a dotá-la de uma organização racional capaz de minimizar as interferências subjetivas que pudessem pôr em risco sua eficiência” (SAVIANI, 1984, p. 16). A pedagogia tecnicista surgiu nos Estados Unidos na segunda metade do século XX e chegou ao Brasil entre as décadas de 60 e 70, inspirada nas teorias behavioristas da aprendizagem, através das quais se devia moldar a sociedade à demanda industrial e tecnológica da época, de modo a formar sujeitos “competentes” para o mercado de trabalho. Aos alunos, era somente ensinado o necessário para que pudessem atuar de maneira prática em seus postos de trabalho.

O diálogo entre professor e alunos era apenas técnico, fazendo com que aquele fosse visto como o especialista, responsável por “passar” ao aluno verdades científicas incontestáveis, ou seja, a escola não trabalhava a reflexão e a criticidade nos educandos. Esse tipo de educação ainda é vista nos dias de hoje em muitos cursos, onde se nota forte utilização de manuais didáticos, permanecendo o caráter instrumental e técnico.

A partir desta compreensão, tentou-se avaliar se a formação e o envolvimento dos professores contribuía de fato para a formação que a escola propunha aos seus discentes, ou se colaborava apenas para a (re) produção de um conhecimento específico que podia ser facilmente repetido, copiado, lançando para o mercado de trabalho profissionais aptos, em muitos casos, exclusivamente a disseminar essa reprodução.

Em oposição à educação exclusivamente tecnicista, diferentes autores trabalham uma abordagem voltada para o desenvolvimento do pensamento crítico. Alguns partem de uma perspectiva filosófica, centrada nos aspectos lógicos do raciocínio, enquanto outros defendem a perspectiva da psicologia cognitiva, preocupada na sua essência com o ensino de capacidades de pensamento.

De modo mais abrangente e focando a atenção nos pontos de convergência entre esses autores, Pinto (2011) e Tenreiro (2001), evidencia-se que parecem associar o pensamento crítico à resolução de problemas relacionados com situações práticas e à tomada de decisão consciente e informada. Sendo assim, com base na bibliografia consultada, é possível afirmar que o pensamento crítico é um processo de tomada de decisões racionais acerca do que acreditar e do que fazer. Trata-se, assim, de uma atividade reflexiva caracterizada por uma ação racional e sensata, que envolve capacidades e disposições, que se referem, respectivamente, aos aspectos cognitivos e afetivos. Essa definição salienta o amplo papel que o pensamento crítico desempenha na vida quotidiana, uma vez que todo o comportamento depende daquilo em que se acredita e toda a ação humana depende de algum modo, daquilo que se decide fazer.

Promover o pensamento crítico dos alunos é um objetivo a se atingir no contexto de diferentes componentes curriculares, em vários níveis e modalidades de ensino. Eles irão viver e atuar em um mundo onde cada vez mais é preciso usar as capacidades de pensamento crítico para resolver problemas e tomar decisões racionais.

Halpern (1989, *apud* PINTO, 2011), afirma que formar cidadãos responsáveis e interventivos é considerado a melhor forma de responder aos desafios de uma sociedade em constante mutação, caracterizada pelo aumento exponencial da informação e por contínuas mudanças do ponto de vista tecnológico, econômico e social. Strieder (2000) descreve que o papel da escola já não pode absorver-se no mero ensinar, no sentido do simples repasse de saberes supostamente prontos. Hoje educar significa habilitar as pessoas a fazerem, na escola, experiências de aprendizagem que lhes permitam continuar aprendendo ao longo de toda a vida. Ninguém mais conclui na escola a sua “formação”. Sabe-se que apenas prever no planejamento escolar não é garantia de que os educadores incitem, na sala de aula, o desenvolvimento das capacidades de pensamento crítico dos alunos, tampouco

que saiam da escola realmente preparados para as exigências pessoais, sociais e de futura inserção profissional no mercado de trabalho.

Conforme Freire (2005), só existe saber na inovação, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros. Quanto mais as massas populares desvelam a realidade objetiva e desafiadora sobre a qual elas devem incidir sua ação transformadora, tanto mais se “inserem” nela criticamente, mais firmes se tornarão as atitudes da sociedade para reagir a situações danosas ao grupo. Se, porém, em lugar de se comunicar-, o educador faz “comunicados” que os educandos recebem pacientemente, memorizam e repetem, propiciará que os estudantes fiquem à parte dessa inserção. Eis aí a concepção “bancária” da educação, em que a única margem de ação que se oferece aos educandos é a de receberem os depósitos, guardá-los e arquivá-los.

Portanto, é imprescindível na atualidade, que se reflita sobre a questão do desenvolvimento do pensamento crítico nas escolas na intenção de propiciar aos discentes um contato menos impactante com a realidade. Segundo Saviani (2000), quanto mais adequado for o conhecimento da realidade, tanto mais adequados serão os meios de que se dispõe para agir sobre ela. Promover o homem significa torná-lo cada vez mais capaz de conhecer os elementos de sua situação, a fim de poder intervir nela, transformando-a em ampliação da liberdade, comunicação e colaboração entre os homens. Nesse contexto, o papel da escola não pode passar despercebido, tampouco ser ignorado.

4 CIDADANIA

É evidente que a cidadania ou o pertencimento a uma comunidade é um processo histórico e em constante evolução. Assim, ao definir cidadania, deve-se sempre considerar o contexto social e o cultural, que se diferenciam conforme o tempo, o lugar e as condições socioeconômicas. A principal dificuldade ao tratar de cidadania é o caráter pluriforme do próprio termo, dada a variedade de dimensões espaciais e funcionais que pode desenvolver bem como as situações empíricas que designa. A falta de clareza sobre o significado do termo deve-se a diferentes concepções políticas carregadas de ideologia. Existem referências que contribuem para a constituição desse conceito datadas da Pré-história no período Paleolítico

quando, devido à glaciação, os hominídeos passaram a viver em grupos (clãs) se abrigando nas cavernas.

A palavra cidadania induz diretamente à ideia de *cidade*, de núcleo urbano, de comunidade politicamente organizada. *Cidadão* é um termo latino que se refere ao indivíduo que habita a cidade (*civitas*). Ainda na Grécia a expressão significava muito mais. Como escreveu Aristóteles [s. d.], cidadão não é cidadão porque vive na cidade, afinal os estrangeiros e os escravos também ali vivem. Cidadão, em sentido estrito, é unicamente aquele que tem o poder de tomar parte na administração deliberativa ou judicial da cidade.

Já em Roma, a expressão indicava a situação política da pessoa e seus direitos em relação ao Estado. Ser cidadão significava ser *Romano*, homem e livre, portanto com direitos do Estado e com deveres para com ele. Sem a aspiração de incluir todas as pessoas da sociedade, o cidadão se constituía como o oposto de súdito; eram cidadãos homens livres, proprietários e pais de família.

Modernamente, mesmo os estudiosos da sociologia encontram dificuldades em atribuir um conceito a *cidadania*. Embora reconhecendo o fenômeno como resultado de um processo histórico, há uma tendência à simplificação que discorre sobre os direitos do cidadão, desconsiderando o contexto social a que se está referindo. Marshall, em 1949, com base na realidade de sua época, elaborou a primeira teoria sociológica de cidadania, estabelecendo como direitos do cidadão, os civis (liberdades individuais), agregados ainda no século XVIII, os políticos (participação), adquiridos no século XIX e os sociais (trabalho, educação, saúde, moradia...), conquistados no século XX.

Por sua vez, Warat (2001), falar em cidadania, em qualquer época, significa fazer referência aos que têm opinião, pois ser cidadão é ter voz, poder opinar e decidir, o que exclui a maioria (os pobres) e grupos de minorias (étnicas, culturais e nacionais). Assim também é o pensamento de Rivas (2007), para quem cidadania é uma condição social que se manifesta na capacidade do indivíduo em participar plenamente da vida política, econômica e cultural de uma sociedade; trata-se de uma condição social que permite ao indivíduo desfrutar das oportunidades que a vida social lhe propicia.

Muitos doutrinadores, que procuram fugir da simples descrição de direitos, apresentam definições vagas e confusas como a de Manzini-Covre, para quem “cidadania significa ter direitos e deveres, ser súdito e ser soberano.” Cortina (2005)

afirma que qualquer conceito pleno de cidadania deve integrar um *status* legal (um conjunto de direitos), um *status* moral (um conjunto de responsabilidades) e uma identidade, pelos quais a pessoa sente-se integrada a uma sociedade.

Pérez-Luño apresenta três grandes princípios da ideia de cidadania postulada pela *Encyclopédie* ou *Dictionnaire Raisoné des Sciences, des Arts et des Métiers* editada na França, no século XVIII (1751 – 1772), por Denis Diderot e Jean Le Rond d’Alambert com a contribuição de diversos pensadores iluministas: artistas, técnicos dos mais variados, políticos, filósofos como Voltaire, Rousseau, Holbach, Montesquieu, dentre outros. O objetivo principal do *Dictionnaire* foi juntar, num empreendimento editorial e em linguagem acessível, tudo o que a civilização havia produzido em termos de conhecimento e de cultura até aquele momento. Representou um auxílio inestimável do Iluminismo e serviu de estímulo decisivo para a formação do Estado Liberal de Direito.

A seguir, apresentam-se alguns conceitos presentes no *Dictionnaire*:

Cidadania é condição da pessoa que vive em uma sociedade livre. Nas comunidades políticas onde impera o arbítrio ou a tirania não existem cidadãos. Para que tal condição se implemente, é propósito uma ordem política democrática que permita o exercício das liberdades.

A cidadania é uma condição voluntária, não pode ser imposta a nenhuma pessoa. A qualidade de cidadão se funda no pacto social; um acordo livre de pessoas para integrar-se e participar num determinado modelo de organização política. Por isso postula a *Encyclopédie* na existência de um direito natural à imigração, porque não se pode obrigar ninguém a ser cidadão de um Estado pela força. Toda pessoa tem direito a mudar de cidadania: renunciar a que possui e adquirir outra, que seja mais de acordo com suas convicções e preferências políticas. Daí existirem dois modelos de cidadania: a originária, que surge com o nascimento e a adquirida, que procede de manifestações expressas de vontade.

A cidadania se desdobra em um conjunto de direitos e deveres das pessoas que pertencem a um determinado Estado.

Observando esses conceitos, como tantos outros comumente apresentados, percebe-se que são tautológicos, isto é, não definem o objeto, conduzem ao erro de imaginar a cidadania como algo estático que apenas discorrem sobre direitos. . Em geral desconsidera-se que intrínseco no termo estão, ou pelo menos deveriam estar os deveres, em especial o de participação nos rumos de sua comunidade.

Cidadania não se trata de algo estático, mas resultante de um longo processo histórico em constante evolução. No ocidente, começa a ser utilizada a partir do século XVIII com a conquista dos direitos civis expressos na igualdade perante a lei

e pela Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. Afirma-se no século XIX, em virtude do sufrágio universal, e se impõe definitivamente no início do século XX com a conquista dos direitos econômicos e sociais.

4 METODOLOGIA

Partindo de uma abordagem qualitativa acompanhada de dados quantitativos, este trabalho cumpriu três etapas: inicialmente foi realizada uma pesquisa documental, em que dados foram extraídos do PPP do CTISM de Santa Maria, documentos que orienta as práticas de formação e também os discursos que perpassam o cotidiano dos sujeitos que compõem a escola. A seguir, (2) aplicaram-se dois questionários, um para 15 docentes e outro para os discentes, compostos por perguntas abertas que indagavam sobre dois pontos: (1) a existência ou não de um trabalho em sala de aula focado em uma abordagem no exercício da cidadania; (2) o desenvolvimento ou não do pensamento crítico-reflexivo em aula. O público discente estava composto por alunos em situação de estágio, que se pronunciaram a partir de suas experiências individuais.

Por fim, isso procurou-se entrelaçar todas as informações, as vivências do dia-a-dia e outras percepções a partir das experiências de cada um dos entrevistados, de forma a concluir o processo de investigação junto ao CTISM.

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Nesta seção, apresentamos pormenorizadamente os dados obtidos tanto no PPP do CTISM quanto nos questionários respondidos pelos corpos docente e discente do colégio.

5.1 O PPP do CTISM

Está disposto no PPP da escola uma evidente intenção em propor uma formação aos seus discentes, não limitada apenas ao conhecimento técnico, mas que estimule a prática da cidadania e o desenvolvimento do pensamento crítico. Tanto alunos quanto professores, ainda que tenham afirmado que a missão é indiretamente posta em prática, ambos acreditam que há muito ainda a melhorar. Porém nossas impressões a partir de conversas informais com alunos, professores e

funcionários e da vivência na escola/instituição durante os estágios mostram que a questão da educação para uma cidadania consciente é algo que esteja em um lento processo de desenvolvimento no colégio que possui fortes influências de uma educação tecnicista e científica que aos poucos abre espaço para conjuntamente trabalhar também aqueles valores humanísticos.

5.2 POSICIONAMENTO DOS PROFESSORES

O questionário foi aplicado a 15 professores, dentre eles 10 do sexo masculino e 05 do feminino com idades entre 26 e 51 anos, com as seguintes formações: Engenharia Química (01), Engenharia Elétrica (05), Engenharia Elétrica/ Engenharia de Segurança do Trabalho (01), Educação Física (01), Ciências Biológicas (01), Artes Visuais (01), Artes Visuais/ Geografia (01), Engenharia Mecânica/ Física/ Matemática/ Filosofia/ Sociologia (01), Engenharia Civil (01), História (01) e Física (01). Dentre os professores entrevistados, 07 possuem formação complementar no Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para a Educação Profissional e Tecnológica (PEG), 07 são licenciados e apenas 01 professor não possui licenciatura (bacharel).

Os professores que responderam aos questionários atuam nos seguintes cursos: Técnicos Integrados ao Ensino Médio; Técnico Integrado na Modalidade Educação de Jovens e Adultos (PROEJA); Cursos Técnicos Subsequentes ao Ensino Médio. As disciplinas por eles ministradas compreendem: Acionamentos Elétricos, Eletrônica, Eletrotécnica I, Eletrotécnica II, Sistemas Elétricos de Potência, Filosofia, Sociologia, Automação Industrial, Geografia, Artes, Biologia, Educação Física, Desenho Técnico, Gestão e Empreendedorismo, História, Transformadores, Máquinas Elétricas, Eletrotécnica, Sistemas de Energia, Higiene e Segurança do Trabalho, Segurança do Trabalho I, Higiene Ocupacional I, II e III e Instrumentação.

A maioria dos professores, quando questionados sobre o que entendem por cidadania, responderam acreditar que cidadania corresponde ao “conjunto de direitos e deveres que o sujeito deve ter para o convívio em sociedade”. Porém um professor entende por cidadania “aquele que assume a soberania de uma nação. A ação de autodeterminação da sociedade. A construção da soberania de um povo”.

Dos 15 professores questionados, 03 responderam que não aplicam e/ou abordam a questão da cidadania em suas aulas; os demais afirmaram que trabalham o tema em sala de aula de maneira indireta, onde o conteúdo

desenvolvido permita correlacionar os assuntos. É importante destacar que um docente se refere à postura do educador que busca a emancipação e não a domesticação do ser humano.

Todos os professores investigados consideram importante a transmissão dessa prática/lição ou paradigma, porque acreditam que estudantes conscientes serão mais aptos e preparados não só tecnicamente, porém mais críticos e reflexivos na sua atuação no mercado de trabalho. Apenas 02 professores acreditam que a instituição não prepara os alunos para o mercado de trabalho, de modo a possibilitar a formação consciente, de cidadãos inovadores, aptos a exercerem seus papéis de homens e mulheres críticos e reflexivos perante a sociedade. Justificam sua posição pelo fato de a instituição apresentar fortes resquícios de uma educação tecnicista. Dentre todos, 01 afirmou que a escola tenta desenvolver a cidadania entre os alunos, e todos os demais creem no contrário.

Quando questionados sobre qual a sua importância e contribuição para uma formação consciente do aluno, 06 não responderam, dentre esses incluem-se aqueles docentes com ideia oposta à missão da escola. Nove docentes consideraram sua contribuição ligada a uma abordagem indireta em suas aulas assim como em algumas situações cotidianas, alegando que existem disciplinas nas áreas das ciências humanas mais propícias ao desenvolvimento desse assunto. Tendo em vista esse resultado, contraditoriamente todos os quinze professores afirmaram abordar a temática, em algum momento, na sua aula, procurando estabelecer algum tipo de relação entre cidadania e o conteúdo específico da sua disciplina ou exemplificando com práticas do dia a dia.

Quando abordados sobre a sua opinião de o que seria um projeto de educação para uma cidadania consciente, os docentes se posicionaram da seguinte maneira:

“Projeto com todas as disciplinas do curso, onde seriam abordados temas sobre cidadania, através de aulas, visitas, viagens, palestras...”

“Seria algo que discutisse os direitos e deveres do aluno nos mais variados âmbitos”.

“Um projeto que englobasse as diversas áreas de formação da pessoa”.

“A percepção do aluno, no decorrer do ano, sobre o local onde ele estuda, local real de vida profissional”.

“Toda educação, emancipadora que construa o sujeito reflexivo e consciente de suas ações. Nas áreas técnicas quando o saber esta relacionado aos fins do ser

humano e não aos meios. Quando temos convicções das nossas ações e objetivos”.

“Um projeto com disciplinas realmente integradas trabalhadas a partir de um tema gerador constituídos de pequenos subprojetos, com vistas a abordagens de estudos de casos e resoluções de problemas”.

“Projeto de educação que relacionasse mais a teoria ensinada nas escolas com a solução de problemas do dia a dia principalmente nas áreas de matemática e física”.

“Seria um projeto que busca desenvolver o senso crítico, a sensibilidade e o raciocínio, ou seja, buscando fazer uma ligação entre várias áreas do conhecimento humano”.

“Um projeto onde o aluno do ensino básico tenha uma ocupação nos dois turnos do dia. Para que desenvolvam mais o raciocínio dentro da escola”.

“Formar para que se torne um cidadão atento às mudanças não somente pelos aspectos da ciência e técnicas que envolvem a sua formação, assim como as questões sociais e econômicas que a sua comunidade vive”.

“Projeto que ofereça ações pedagógicas voltadas para a produção da concepção coletiva do homem, em contraposição ao estímulo do individualismo e do egocentrismo. Que perceba o ensino como um ato social e a educação como elemento integrante e interagente de uma sociedade menos desigual”.

5.3 POSICIONAMENTO DOS ALUNOS

Foi questionado um total de 67 alunos, dentre eles 47 do sexo masculino e 20 do feminino com idades entre 13 e 33 anos. Os alunos que responderam aos questionários estão matriculados nos seguintes cursos: Técnico em Eletrotécnica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Integrado ao Ensino Médio; Técnico em Mecânica Subsequente ao Ensino Médio.

Quando questionados sobre o que entendem por cidadania, a maioria dos alunos afirmaram não possuir um conceito formado sobre cidadania, porém, conforme as respostas, demonstraram ter noção de que se trata de um conjunto de valores, representado por direitos e deveres que as pessoas têm para um melhor convívio em sociedade. Das 67 respostas, 09 demonstraram não saber do que se trata a temática abordada. Dentre todos, 02 alunos demonstraram maior discernimento nas respostas, pois além de mencionarem um conceito mais geral complementaram seu posicionamento afirmando que cidadania é uma “habilidade intelectual, consciente ou intuitiva de saber interagir de modo coerente em sua sociedade ou cultura...” e que “exercer a cidadania seria tornar-se consciente dos

seus direitos e deveres como cidadão, conhecendo um pouco da constituição e das demais leis [...], contribuir com o país é para mim a essência da cidadania”.

Somente 02 alunos afirmaram que a questão da cidadania não é aplicada ou abordada pelos professores no CTISM. Cinco não demonstraram coerência em suas respostas, enquanto que os demais asseguraram que esta prática acontece, porém de maneira indireta. Os discentes relataram que o professor instiga o tema *cidadania*, por meio de cobranças (horários, prazos, comportamento, postura), de aulas práticas, de exemplos pessoais/profissionais, de relações que estabelece entre a sua disciplina e o cotidiano e pela possibilidade que oferece aos alunos de fazerem questionamentos, reflexões e opinarem durante as aulas.

Apenas 02 alunos disseram que não é importante a transmissão dessa prática/lição ou paradigma, sem discorrer sobre o assunto e 13 alunos responderam que sim sem mais justificativas. Todos os demais escreveram que é importante, pois a partir da compreensão desse conceito sentir-se-ão mais seguros e aptos a se posicionarem diante da sociedade e do mercado de trabalho com a finalidade de terem conhecimentos para fazer valer seus direitos e deveres.

Um total de 07 alunos disseram que a instituição não os prepara para o mercado de trabalho como um cidadão inovador apto a exercer seu papel de homem ou mulher críticos e reflexivos perante a sociedade. Seguem duas respostas que evidenciam de forma geral essas afirmações:

“Eu acho que a sociedade cria pessoas sem olhares críticos que apenas aceitam o mundo ao seu redor”.

“Educação vem de casa, ensinar a ser cidadão é dever não apenas dos professores, mas principalmente dos pais. São os valores que se aprende em casa que se refletem na rua”.

Nove alunos responderam que acreditam na formação mais consciente oferecida pela instituição, porém não justificaram suas colocações. Todos os demais concordam e complementam ainda que essa preparação deve ser intensificada, uma vez que ela acontece de forma indireta. Afirmam também que isso depende muito do quanto cada indivíduo quer e permite se envolver na construção desse processo.

Ao serem solicitados que apontassem algum momento em que essa temática foi abordada, de que maneira e em qual disciplina, 02 alunos não responderam à questão, 06 afirmaram que essa abordagem não ocorre e os demais relataram que ela acontece, embora de forma implícita, em todas as disciplinas do currículo dos

cursos analisados. Deram como exemplo as disciplinas de Português (Redação), Sociologia, Filosofia, Higiene e Segurança do Trabalho, Acionamento de Motores, Pneumáticos, Desenho Técnico, Aulas de Laboratório, História e Segurança do Trabalho.

Nas disciplinas citadas, segundo os alunos, a temática é abordada da seguinte maneira:

- Discussões em aula;
- Prestando ajuda aqueles colegas com mais dificuldades;
- Professor questionando sobre os erros dos alunos;
- Cuidando os materiais, ferramentas, equipamentos disponibilizados pela escola;
- Professor disposto a dar aula x desatenção por parte dos alunos;
- Na convivência cotidiana;
- Em meio a “brincas”;
- Professor que se nega dar aula em um ambiente com sujeira provocada pelos alunos, solicitando que os mesmos limpem antes de iniciar a aula;
- Interação dos alunos em festas e eventos da escola.

Assim como alguns professores, a maioria dos alunos demonstrou não ter um conceito definido a respeito dos assuntos abordados. Estudantes da modalidade subsequente evidenciaram um pensamento mais elaborado em suas respostas, o que provavelmente se justifique pela faixa etária dos discentes, nas demais, foi perceptível uma limitação em descrever o que realmente acreditam, revelando assim, o que pensam ser o ideal de resposta. Porém, todos concordam na importância do desenvolvimento desses valores na construção de um ser mais humano e de participação ativa na sociedade. Contudo, embora os professores acreditem na importância do desenvolvimento das questões humanísticas em seus educandos, além daquelas técnicas e científicas, alguns demonstram certa contradição por não ter uma definição clara desses conceitos ou pela ausência de uma abordagem mais incisiva em sua formação, o que dificulta a sua contribuição, de forma consciente, na construção desses valores em seus alunos.

6 CONCLUSÃO

No decorrer das aulas do Programa Especial de Graduação de Formação de Professores para Educação Profissional e Tecnológica (PEG) muito se discutiu uma importante atribuição do professor: a de formar cidadãos, indivíduos capazes de assumir seus papéis na sociedade de maneira crítica, reflexiva, inovadora e consciente.

Uma cidadania consciente implica a ação do cidadão em reconhecer e fazer valer os seus direitos, sejam eles civis, políticos ou sociais e, em contrapartida ter a mesma noção no que se refere aos seus deveres. Apresentar a capacidade de estabelecer julgamentos morais dos atos realizados, ter conhecimento e senso de responsabilidade é desejável, seja por uma causa individual ou coletiva.

Com base nos dados analisados pode-se afirmar que, mesmo de forma inconsciente e/ou indireta, a missão do CTISM é aplicada em consonância com o que está previsto no Plano Político-Pedagógico da Instituição. Tanto alunos quanto professores, ainda que tenham afirmado que a missão é indiretamente posta em prática, ambos acreditam que há muito ainda a melhorar. Porém as impressões a partir de conversas informais com alunos, professores e funcionários e da vivência na escola/instituição durante os estágios mostram que a questão da educação para uma cidadania consciente é algo que está em um lento processo de desenvolvimento no colégio. Esse educandário possui fortes influências para uma educação tecnicista e científica e, aos poucos, tenta abrir espaço para conjuntamente trabalhar também valores humanísticos.

O PPP do CTISM assume uma missão redentora para a escola, a de educar seus alunos para uma cidadania consciente como se ela fosse solução única. Antes, porém deve-se considerar que “ninguém vem para o colégio uma folha em branco”; o aluno vem para ressignificar e ampliar os seus conhecimentos, entender a lógica do universo em que ele já está inserido e se direcionar para outro melhor.

Portanto, não é necessário que, para se aprimorar o ensino tecnológico, seja necessário abrir mão dos princípios de uma educação tecnicista, especialmente em algumas disciplinas mais técnicas, para incluir no currículo as humanas. É importante sim agregar àquelas disciplinas um teor mais humanístico, apoiado na capacitação humana do professor, nos exemplos pessoais ou naqueles relacionados diretamente ao conteúdo da disciplina. Desse modo, a formação mais consciente virá se somar ao tecnicismo existente. O maior desafio do CTISM é, então, conciliar

a educação tecnicista, que imprime no ensino fortes características de sua origem, com a missão do PPP.

REFERÊNCIAS

CORTINA, Adela. *Ciudadanos del mundo. Hacia una teoría de la ciudadanía*. 3. ed. Madrid: Alianza, 2005.

FREIRE, PAULO. *Pedagogia do oprimido*. 46 ed. Rio de Janeiro, RJ: Editora Paz e Terra, 2005.

MANZINI-COVRE, Maria de Lourdes. *O que é cidadania*. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998. p. 9.

MARSHALL, Thomas Humphrey. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

PÉREZ-LUÑO, Antonio Enrique. La ciudadanía en las sociedades multiculturales. In: CAMPUZANO, Alfonso de Julios. *Ciudadanía y Derecho en la era de la Globalización*. Madrid: Dykinson, 2007. p. 264-265.

PINTO, I.R.F. (2011). *Atividades Promotoras de Pensamento Crítico: Sua Eficácia em Alunos de Ciências da Natureza do 5.º Ano de Escolaridade*. Dissertação de mestrado, Instituto Politécnico e Escola Superior de Educação de Lisboa.

RIVAS, Edelberto Torres. Poblaciones indígenas y ciudadanía: elementos para a formulação de políticas sociais em América Latina. In: BALODANO, Andrés Pérez. (Coord). *Globalización, ciudadanía y política social en América Latina: tensiones e contradicciones*. Caracas: Nueva Sociedad, 2007. p. 173.

SAVIANI, Dermeval. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 13 ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.

SAVIANI, Demerval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política*. 3 ed. São Paulo: Cortez: Autores Associados, 1984.

STRIEDER, Roque. *Educar para a iniciativa e a solidariedade*. Ijuí, RS: Editora UNIJUI, Coleção Educação, 2000.

TENREIRO VIEIRA, C. *O Pensamento Crítico na Educação Científica*. Instituto Piaget, Lisboa, PT: Horizontes Pedagógicos, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA. Colégio Técnico Industrial. *Plano Político Pedagógico (PPP)*, 2011.

WARAT, Luis Alberto. Ciudadanía y Derechos Humanos de la Otrredad. In: MARTÍN, Nuria Belloso (coord.). *Los Nuevos Desafíos de la Ciudadanía*. Burgos: Servicio de Publicaciones de la Universidad de Burgos, 2001. p. 9.